

Brasília, terra de contrastes

Em geral associada à prosperidade, capital apresenta o maior crescimento no percentual de pobres do Centro-Oeste

FOTOS: RICARDO MARQUES

NELZA CRISTINA

O Distrito Federal é um lugar de contrastes. Ao lado de um alto índice de desenvolvimento humano, a capital apresenta o maior crescimento no percentual de pobres sobre a população total em toda a Região Centro-Oeste. O número de pessoas com rendimento até meio salário mínimo aumentou 53,38% de 1997 para 2001. No mesmo período, a população local cresceu apenas 9,01%. Na região, além do DF, apenas o estado de Goiás apresentou alta (8,06%) no número de pobres no mesmo espaço de tempo. Em nível nacional, o crescimento foi de 0,34%.

De acordo com a publicação *Indicadores e Dados Básicos para a Saúde* (IDB 2002), coordenada pelo Ministério da Saúde com apoio da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), 11,8% dos 1.873.069 habitantes que viviam no DF em 1997 ganhavam até meio salário mínimo. Em 2001, este percentual pulou para 18,1%, em uma população estimada em 2.101.818 habitantes – resultando em um crescimento de 53,38%. Se considerados os números absolutos, a quantidade de pobres saltou de 221.022 para 380.429, uma variação de 72,12%.

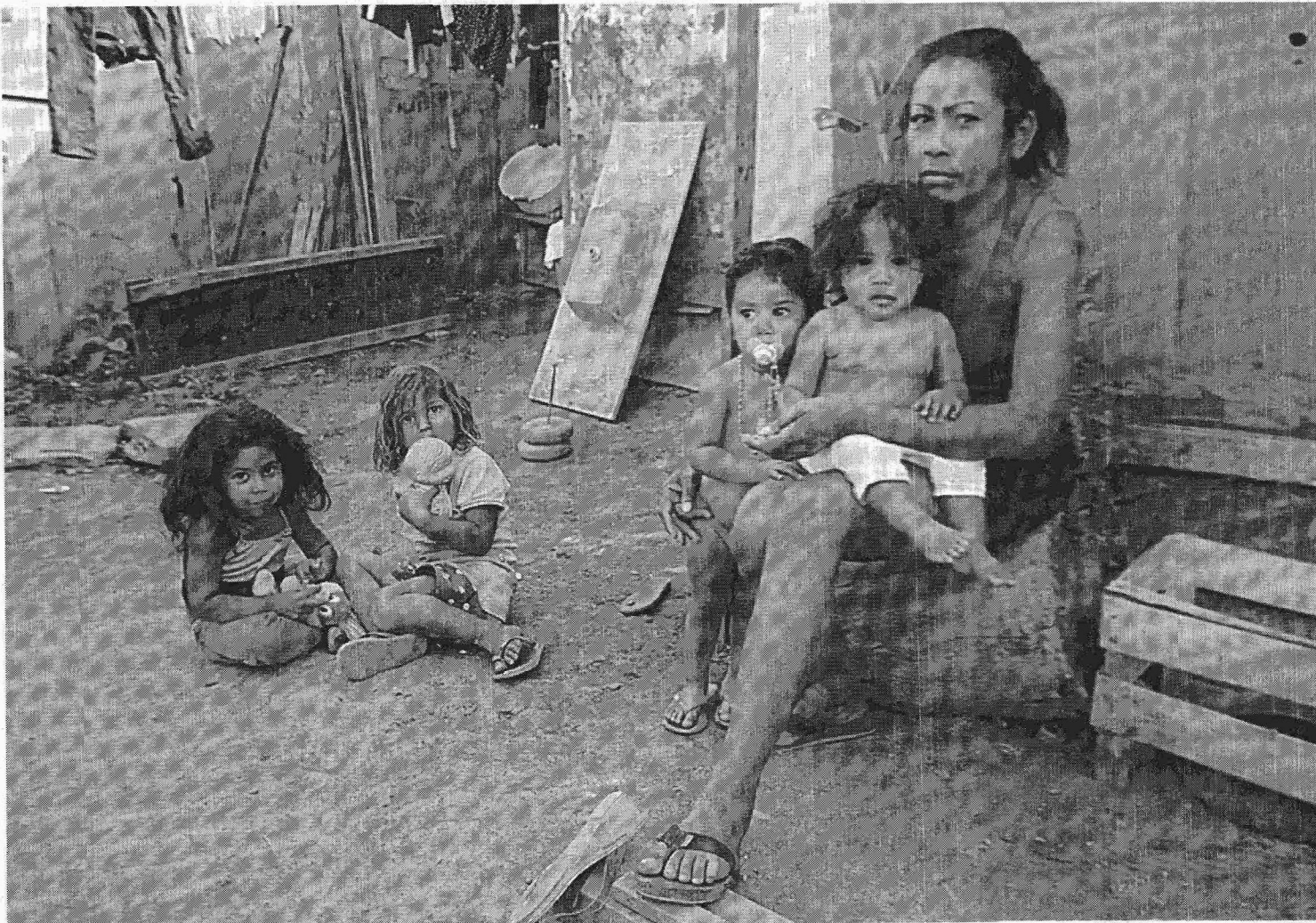
Além disso, de acordo com o IDB 2002, o DF se destaca como a unidade da Federação que apresenta a maior desigualdade de renda do Brasil. Os 20% mais ricos tinham, em 2001, rendimento 33,67 vezes superior ao dos 20% mais pobres. Com exceção do Acre (30 vezes), nenhum outro estado chegou, no mesmo ano, à casa

dos trinta.

Entre os 20% mais pobres estão pessoas como a desempregada Maria Lucimar Marques Sobrinho, 33. Moradora da Estrutural, ela cria seis filhos, com idades entre um e 14 anos, com apenas R\$ 120 mensais, que recebe do programa Renda Minha do GDF. "Já tentei arrumar emprego, mas o salário mínimo de R\$ 240 não vai dar, porque vou ter de pagar alguém para cuidar das crianças", resume Maria Lucimar. Para sobreviver, ela conta com a ajuda de um grupo de Vicentinos que contribui com roupas e alimentos.

Os números apresentados no IDB 2002 surpreenderam o secretário de Planejamento, Ricardo Penna. Ele admite que a população com renda inferior a meio salário mínimo gire em torno dos 300 mil habitantes, mas questiona um crescimento tão expressivo no percentual de pobres da população no período de quatro anos. Segundo ele, os números precisam ser melhor analisados. "Não existe razão para isso ocorrer apenas no DF", afirma ele.

De acordo com Penna, outros indicadores demonstram o contrário. Ele lembra que Brasília tem a maior renda per capita do País, é o nono PIB nacional e, segundo a Organização das Nações Unidas, é a unidade da Federação com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Penna só não discorda da constatação quanto à má distribuição de renda. "As desigualdades sociais realmente são grandes, porque temos muita gente ganhando muito bem e outros ganhando mal", admite.



Maria Lucimar Marques Sobrinho, 33, mora na Estrutural e cria seis filhos com R\$ 120 mensais, vindos do Renda Minha do GDF

Rede assistencial salva vidas

A ampliação da rede de assistência social no DF tem garantido a sobrevivência de famílias que vivem na linha de pobreza. É o caso de Maria Lucimar Marques Sobrinho, moradora da Estrutural, que cria seis filhos com R\$ 120 mensais. Suas duas filhas mais velhas, Jéssica, de 14 anos, e Joice, de 12, estão na escola.

A maior estuda no Guará,

mas tem o transporte garantido pelo governo. A menor não precisa ir tão longe: a Estrutural ganhou escola própria. Os filhos menores – Denis, cinco anos, Daniele, quatro, Denilson, dois, e Grazielle, que ainda não completou um ano –, apesar de viverem em meio à poeira e condições precárias, não têm tido problemas. "A gente agora tem um posto de saúde e as crianças têm

sempre atendimento", diz Maria Lucimar.

Com os R\$ 120 que recebe todos os meses do governo, graças à manutenção das duas filhas mais velhas na escola, Maria Lucimar paga a luz e a água do barraco de quatro cômodos onde vive. O restante utiliza para comprar comida.

Apesar das dificuldades, ela sonha com uma vida melhor para os filhos. "Espero

que eles estudem e que cheguem a algum lugar para não acontecer o mesmo que aconteceu comigo", diz. Situação semelhante vive sua vizinha, Tomázia Oliveira de Souza. "Os R\$ 130 que a gente recebe só dão para pagar a luz e a água e fazer a feira do mês", lamenta ela. Tomázia e o marido estão em busca de emprego há quatro meses.



Pobres: renda familiar mensal de até meio salário mínimo

Indicadores oficiais

O *Indicadores e Dados Básicos para a Saúde* (IDB 2002) está em sua quarta edição. Ele contém seis categorias de indicadores: demográficos, socioeconômicos, mortalidade, morbidade e fatores de riscos, cursos e cobertura. As fontes utilizadas incluem o IBGE, Ipea, Seade e órgãos do Ministério da Saúde.

A proporção de pobres foi calculada com base no Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domí-

cílios (Pnad), considerando a população com renda familiar mensal de até meio salário mínimo.

Os valores da renda até 1999 foram inflacionados pelo INPC, com base em setembro de 2001 e expressos em salários mínimos de 2001.

A razão de renda, por sua vez, considerou o número de vezes que a renda dos 20% mais ricos é maior do que a dos 20% mais pobres. Mais uma vez, a fonte foi o IBGE.

Migração contribui para pobreza

Para o geógrafo Aldo Paviani, pesquisador do Núcleo de Pesquisas Urbanas da Universidade de Brasília, uma das explicações para o crescimento da pobreza é o aumento do desemprego verificado nos últimos anos no DF. Isso tem ocorrido, em sua opinião, entre outros motivos, como consequência da migração.

"Diminuiu a metropolização de estados como Rio de Janeiro e São Paulo e aumentou a de outras grandes cidades, como Brasília", avalia o pesquisador. O secretário de Ação Social, Gustavo Ribeiro, apesar de discordar dos números apresentados no IDB 2002, também considera a migração um fator preponderante no aumento da pobreza. "A diferença de desenvolvimento econômico entre os estados e cidades é um fato da migração", diz ele. As pessoas, segundo Ribeiro, buscam sempre uma condição de vida melhor.

Tomázia Oliveira de Souza, 32 anos, é um exemplo desta migração. Moradora da

Estrutural, ela veio de Minas para Brasília com o marido há oito anos, em busca de um melhor atendimento médico. "Minha gravidez era de risco e vim para o DF ter meu filho. Acabamos ficando por aqui", diz ela, que hoje tem três crianças, com idades entre quatro e sete anos. Na família de cinco pessoas, a renda total é de R\$ 130 por mês, obtida também com programas sociais do DF.

Essa rede de proteção social oferecida pelo GDF é, segundo Gustavo Ribeiro, um dos motivos que contrariam o IDB 2002. "Hoje temos creches e lares diurnos para acolher as crianças, atendimento a idosos, cursos profissionalizantes para jovens, que foram implantados, muitos deles, em 2000", afirma. Em sua opinião, o estudo não reflete essa nova realidade do

Distrito Federal.

Para o geógrafo Aldo Paviani, para mudar o quadro de pobreza do DF seria necessário um esforço muito grande para impedir o crescimento das metrópoles. Para isso, seria necessário, a seu ver, um melhor planejamento regional,

"Diminuiu a metropolização de estados como São Paulo e aumentou a de cidades como Brasília"

Aldo Paviani, pesquisador do Núcleo de Pesquisas Urbanas da UnB

que beneficiasse as cidades de tamanho médio, com a diversificação de negócios. "No lugar de ir para grandes centros, inchados, as pessoas procurariam cidades de tamanho médio. Só que isso implica também planejamento urbano",

avalia.

Outra sugestão seria verticalizar as cidades do DF. Isso, no entender do professor Aldo Paviani, além de gerar empregos na construção civil, abriria espaço para novos empreendimentos.



Para alguns, frear o crescimento das metrópoles poderia mudar o quadro de pobreza no DF

Quadro pode ser revertido

O quadro de pobreza, não só do Distrito Federal, mas de toda a região, pode ser revertido em quatro anos. É nisso que acredita o secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Alexandre Cesar, do Ministério da Integração Nacional. Cesar utiliza os números do IDB 2002 para justificar a necessidade de ações para desenvolver a região.

Segundo ele, a idéia é manter o crescimento econômico, mas ao mesmo tempo reduzir sua natureza concentradora para combater a pobreza. Entre as medidas do governo federal para mudar esta realidade, o secretário destaca o microcrédito e o financiamento de pequenos negócios com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), com taxas mais acessíveis.

Na opinião de Cesar, o setor agroexportador tem como característica a limitação de postos de trabalho. Nesse sentido, a industrialização seria, a seu ver, um caminho para a abertura de novos empregos. "O presidente Lula anunciou recentemente a liberação de R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador para o Centro-Oeste", destaca. Esses recursos serão liberados pelo Banco do Brasil em uma linha de crédito similar à do FCO. "A proposta é agregar valor para gerar emprego", diz ele.

O desenvolvimento do Centro-Oeste depende, ainda, de acordo com o secretário, de uma infra-estrutura de transporte mais eficiente para a região. São obras como a ponte que está em construção ligando Mato Grosso do Sul a Minas Gerais e a Ferronorte.